

# REVISTA MARACANAN

## Depoimento

### Um INCT em construção: *Proprietas* (História Social das Propriedades e Direitos de acesso)

**Márcia Motta**

Universidade Federal Fluminense  
menendesmotta9@gmail.com

Criado em 2012 com auxílio da FAPERJ, a *Rede Proprietas* se propôs, desde o início, a rediscutir o conceito de Propriedades, a partir da interface entre história, economia, direito e produção cultural. Ela apresenta uma proposta de estudo sobre a propriedade enquanto instituição social em suas distintas dimensões, com ênfase para seus efeitos sobre a produção e o acesso a bens patrimoniais e culturais. A nosso ver, a questão proprietária e seus desdobramentos em nossos dias ocupam uma posição estratégica para os países de língua portuguesa, além de ser decisiva para o adensamento das políticas públicas de planejamento e/ou de inovação relacionadas às propriedades no Brasil. Elegendo-se a perspectiva histórica como um viés válido e profícuo de análise, o grupo reflete sobre a construção e funcionamento de determinadas estruturas de regulação da propriedade (material e intelectual), tendo em vista a construção de parâmetros de comparação sobre a apropriação de bens tangíveis e intangíveis. Esse estudo comparativo tem sido desenvolvido tanto do ponto de vista sincrônico — cotejando-se experiências nacionais distintas (dos países de língua portuguesa, com ênfase na experiência brasileira) e em momentos históricos específicos — quanto diacrônico — atentando-se para as continuidades, transformações e rupturas ocorridas ao longo do tempo nos arcabouços jurídico-institucionais observados. Levando-se em conta o destaque que a propriedade intelectual auferiu no atual contexto, em que se consolida globalmente a chamada “era do conhecimento”, o grupo fomenta os debates e contribui para o aprofundamento das reflexões sobre a matéria no país, submetida a uma crescente valorização, porém ainda carente de interlocutores. Ainda dentro do escopo da *Proprietas*, destacamos que o adensamento do conhecimento sobre a temática da propriedade presta-se a gerar subsídios para futuras propostas de intervenção sobre a estrutura de regulação então vigente, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas de fomento à inovação tecnológica e à produção de bens culturais no Brasil e nos países africanos de língua portuguesa.

Composta por vários grupos de pesquisa e por investigadores em fases diversas de sua carreira acadêmica, a *Proprietas* é coordenada por mim, mas tem também dois vice-coordenadores: Marina Machado, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição (PPGH-UERJ) e Allan Rocha do Departamento de Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Quando de sua origem, a *Proprietas* tinha ainda como integrantes Leandro Malavota, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Leandro Mendonça e Beatriz Cerbino, da Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF). Aos poucos, foram se agregando pesquisadores de outros lugares, como a coordenadora do Nordeste, Monica Piccolo, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e o professor do Instituto de Artes da UERJ, Jorge Cruz. Contamos ainda com investigadores do Paraná, Pará, Santa Catarina, Ceará, além de mais de 20 pesquisadores de Portugal. Atualmente, são 100 pessoas envolvidas na proposta, de graduandos a consultores internacionais, como Rui Santos, da Universidade Nova de Lisboa, Rosa Congost, da *Universit de Girona*, Christophe Geiger, do Centro de Estudos Internacionais da Propriedade Intelectual, em Estrasburgo, França, e Sean Flynn, Diretor Associado do Programa para Informação sobre Justiça e Propriedade Intelectual.

Desde sua fundação, a *Proprietas* tem estimulado o ingresso de jovens pesquisadores, interessados em deslindar algumas chaves de leitura para a compreensão da dimensão histórica, econômica e jurídica da constituição da propriedade privada, tal como a conhecemos hoje. O ineditismo e a ousadia da proposta certamente foram decisivos para a consagração da *Proprietas*, uma das 19 propostas do Rio de Janeiro que foram contempladas com recursos do INCT, no âmbito de 100 projetos aprovados com recursos no país. Outros 100 receberam a chancela do INCT, mas infelizmente não conseguiram os recursos dos nossos órgãos de fomento.

O INCT – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – é um programa conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e diversas fundações de amparo à pesquisa estaduais, como a FAPERJ, a FAPEMA, A Fundação Araucária. O INCT tem como meta mobilizar e agregar os melhores grupos de pesquisa para impulsionar a pesquisa científica básica e fundamental, além de estimular o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de ponta, objetivando o desenvolvimento sustentável do país.

No nosso caso, o apoio financeiro dos órgãos de fomento tem nos permitido desnudar a historicidade do conceito de propriedade, os múltiplos direitos sobre um mesmo bem, a partir de uma revisão e análise de fontes primárias, muitas vezes sublimadas pela pesquisa estritamente histórica. Há vários exemplos a serem dados. Os chamados Livros de Tombo para a medição e demarcação de terras auxiliam-nos a repensar as diversas leituras sobre

determinado território e suas possíveis interpretações jurídicas. Da mesma forma, os processos de embargo são também decisivos para aprofundar os estudos que estão assentados na construção da ilegalidade de populações pobres que ali habitam. Há também um jogo que se configura nas tentativas – quase sempre bem sucedidas – de expulsão das comunidades tradicionais, às vezes visíveis numa análise mais cuidadosa da legislação e nos discursos produzidos pela Imprensa. Do ponto de vista da propriedade intelectual, as normas legislativas e seu uso em processos também têm nos ajudado a repensar a configuração da noção de patentes e seus limites. Não menos interessante é o uso de desenhos e normas de notação para dar a conhecer o esforço de constituição de um direito de autor, que quase sempre ignora o trabalho coletivo que se desagua na configuração de um único autor.

Em nossos dias, a partir e com base no avanço da economia do conhecimento e da revolução tecnológica, os bens intangíveis, resultados do trabalho intelectual do homem, tornaram-se matéria de debate e reflexão, atentando-se para os conflitos que envolvem os direitos de propriedade sobre estes tipos de objetos, os dilemas que atravessam o conceito de inovação e a noção que alimenta o desejo de bem comum. Com isso, utiliza-se o instituto da propriedade como instrumento para erguer uma “cerca” ao redor do conhecimento tecnológico – materializado nos bens patenteados – e em torno das expressões artístico-culturais, estas protegidas pelos direitos autorais. Para além dessas formas de proteção proprietária, o principal desafio que se levanta é a transposição dos elementos e da lógica das propriedades materiais para o campo do conhecimento e das expressões culturais. Ou seja, busca-se utilizar a propriedade como ferramenta para a privatização das formas de saber e de produzir bens culturais e tecnológicos. Este trabalho se propõe justamente ao enfrentamento dessas questões, utilizando-se as ferramentas teórico-metodológicas oferecidas pela ciência histórica.

Em suma, há muito trabalho a ser feito, mas há várias vidas em cena. Estamos orgulhosos de constituir o INCT *Proprietas: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso* e contamos com a colaboração de várias instituições e colegas inseridos na proposta; tanto aqui, quanto no além mar.

**Márcia Maria Menendes Motta:** Professora Titular de História Moderna da Universidade Federal Fluminense e Coordenadora do INCT - *Proprietas*; além de Mestre e Doutora em História pela mesma Instituição. É autora de *Right to land in Brazil* (Ed. UFF, 2014), *O Rural a la gauche* (Ed. UFF, 2014), *Nas fronteiras do Poder* (Ed. UFF, 2008), entre outras produções relevantes acerca da História Agrária do Brasil.